

ATA NÚMERO 255/XIII/4.^a SL

Aos treze dias do mês de fevereiro de 2019, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Orçamento, Finanças e Modernização Administrativa, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

10:00

- 1. Aprovação das atas n.ºs 250 e 251;**
- 2. Designação de autor de parecer à Proposta de Lei n.º 180/XIII/4^a (GOV) - "Alteração de diversos códigos fiscais"; Cabe ao GP PS**
- 3. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 1102/XIII/4^a (CDS-PP) - "Cria, em complemento à Lei n.º 9/2019, de 1 de fevereiro, um mecanismo de regularização oficiosa das declarações de IRS em decorrência de decisões judiciais que impliquem devoluções aos contribuintes de prestações tributárias indevidamente cobradas"; Cabe ao GP PSD**
- 4. Designação de autor de parecer ao Projeto de Lei n.º 1112/XIII/4^a (CDS-PP) - "Incentiva o arrendamento de quartos a estudantes, procedendo à alteração do Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação atual"; Cabe ao GP PS**
- 5. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 174/XIII/4^a (GOV) - "Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)"; Autor: João de Almeida (CDS-PP)**
- 6. Discussão e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 144/XIII/3^a (ALRAM) - "Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro"; Autor: Nuno Sá (PS)**

7. **Fixação da redação final da Proposta de Lei n.º 166/XIII/4ª (GOV) - "Consagra a atribuição de um privilégio creditório à generalidade dos depósitos bancários em caso de insolvência e transpõe a Diretiva (UE) 2017/2399, relativa à posição de determinados instrumentos de dívida na hierarquia de insolvência";**

8. **Discussão da grelha de tempos do Deputado Não Inscrito;**

9. **Outros assuntos.**

11:00

Audição da Presidente da CReSAP, no âmbito do requerimento do PSD.

10:00

1. **Aprovação das atas n.ºs 250 e 251;**

As atas foram aprovadas por unanimidade da ausência do BE.

2. **Designação de autor de parecer à [Proposta de Lei n.º 180/XIII/4ª \(GOV\)](#) - "Alteração de diversos códigos fiscais";**

O GP do PS informou que indicará mais tarde.

2. **Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 1102/XIII/4ª \(CDS-PP\)](#) - "Cria, em complemento à Lei n.º 9/2019, de 1 de fevereiro, um mecanismo de regularização oficiosa das declarações de IRS em decorrência de decisões judiciais que impliquem devoluções aos contribuintes de prestações tributárias indevidamente cobradas";**

O GP do PSD indicou o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira.

3. **Designação de autor de parecer ao [Projeto de Lei n.º 1112/XIII/4ª \(CDS-PP\)](#) - "Incentiva o arrendamento de quartos a estudantes, procedendo à alteração do**

Código do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na redação atual";

Dada a similitude das matérias, a Senhora Presidente questionou os autores da iniciativa sobre a eventual pertinência de haver um único parecer para estas duas iniciativas legislativas: esta e a anterior (Projeto de Lei n.º 1102/XIII/4ª). Tanto o CDS-PP (autores das iniciativas) como o Senhor Deputado Jorge Paulo Oliveira (PSD) deram o seu acordo a esta sugestão.

4. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 174/XIII/4ª \(GOV\)](#) - "Reformula e amplia o Sistema de Informação da Organização do Estado (SIOE)";

O Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) apresentou o parecer de que foi autor, tendo aproveitado para salientar o trabalho elaborado na Nota Técnica (NT), sobretudo no que respeita à parte de Direito comparado. Expressou uma vez mais a sua opinião de que o parecer não acrescenta muito à Nota Técnica, que é geralmente muito mais rica. Aproveitou para questionar o método de apreciação das iniciativas legislativas na generalidade. Sustenta que, se o Deputado não dispuser de mais tempo para a sua apreciação, então a iniciativa deve ser analisada com base na NT.

Sobre o seu conteúdo, salientou a importância do tema visto que há ainda grandes problemas no setor público relacionados com a qualidade da informação, neste caso relacionada com emprego público, e com a interoperabilidade dos sistemas de informação.

A Senhora Deputado Conceição Bessa Ruão (PSD) subscreveu a opinião anteriormente expressa pelo Deputado João Pinho de Almeida. Felicitou o deputado relator bem como os autores da NT, realçando a qualidade do estudo comparado. Sobre a iniciativa legislativa, destacou as questões relacionadas com a interoperabilidade dos dados e a segurança, incluindo cibersegurança.

Submetido à votação o parecer foi aprovado por unanimidade, na ausência do BE

6. Discussão e votação do parecer sobre a [Proposta de Lei n.º 144/XIII/3ª \(ALRAM\)](#) - "Procede à alteração do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de novembro";

O Senhor Deputado Nuno Sá (PS), na qualidade de autor do parecer, vem solicitar a reapreciação da Nota Técnica, admitindo que a parte referente aos antecedentes poderá não refletir com rigor os factos. Explicou que, em 2013 foi aprovada isenção de tributação de IRS para os bombeiros voluntários, mas apenas em período de férias e atividades. Mais esclareceu que, em 2017 não houve nenhum agravamento fiscal, apenas se alargou o âmbito do desagravamento (taxa especial

10%). Pese embora respeite o entendimento do proponente da iniciativa, na sua perspetiva, nunca houve propriamente um regime de isenção total de IRS para os bombeiros voluntários.

Tomou a palavra o Senhor Deputado João Pinho de Almeida (CDS-PP) para cumprimentar o autor do parecer, concordando com a sua proposta, e saudar o importante trabalho desenvolvido pelos bombeiros voluntários.

Foi assim deliberado solicitar aos serviços o aperfeiçoamento da Nota Técnica.

7. Fixação da redação final da [Proposta de Lei n.º 166/XIII/4ª \(GOV\)](#) - "Consagra a atribuição de um privilégio creditório à generalidade dos depósitos bancários em caso de insolvência e transpõe a Diretiva (UE) 2017/2399, relativa à posição de determinados instrumentos de dívida na hierarquia de insolvência";

O Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) pediu a palavra para manifestar concordância com as sugestões da DAPLEN.

Submetida a votação, a redação final da iniciativa legislativa foi fixada sem votos contra.

8. Discussão da grelha de tempos do Deputado Não Inscrito;

Tomou a palavra o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) que solicitou à Presidente a distribuição aos Deputados da sua proposta de grelha bem como o documento enquadrador (parecer) que os serviços da Assembleia da República elaboraram, a pedido do PAR, e que tem por base os pressupostos do Estatuto do Deputado Não Inscrito.

O Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) também solicitou a distribuição de documentação, nomeadamente, a grelha de tempos aprovada em reunião da Conferência de Líderes (CL).

A Senhora Presidente anuiu informando que seriam distribuídos os referidos documentos. Informou também que este ponto da OD seria adiado para o final da audição.

Após a audição da Presidente da CRESAP foi retomado este ponto da OD, tendo a Senhora Presidente dado a palavra ao Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) para apresentar sua proposta.

O Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) apresentou um breve histórico da sua situação, após a saída do grupo parlamentar (GP) do PS. Leu a página 2 do mencionado parecer para fundamentar a sua posição de que os direitos dos Deputados Não Inscritos (Ninsc) em GP não podem ser prejudicados na sua ação, devendo ser assegurados todos os seus direitos

consagrados constitucionalmente. Recordou que tinha solicitado ao PAR que a CL deliberasse sobre a atribuição de tempos nas Comissões, mas que não foi essa a opção tomada. Salientou também que está tudo a correr bem na Comissão da Transparência, ao contrário do que tem sucedido na COFMA. Argumentou que a sua proposta se baseia em prática passada, de situação semelhante ocorrida na 10.^a Comissão e que concedia à Deputada NinscLuisa Mesquita (PCP), 60% do tempo do tempo atribuído aos GP, ou seja, tinha direito a 3 minutos de uma grelha de 5. Quanto aos tempos atribuídos no Plenário, realçou a existências de várias grelhas para diferentes situações, notando ainda que, nas grelhas A, B e C, o Ninsc tem direito a 1/3 do tempo dos GP. Notou ainda que, nas Comissões, o PAN tem direito a igual tempo dos GP, mas que isso lhe parecia, apesar de tudo, excessivo para o Deputado Ninsc. Finalizou, defendendo que a proposta de grelha apresentada – 5 minutos, 3 minutos e 1 minuto na primeira, na segunda e na última ronda, respetivamente – lhe parecia equilibrada e razoável esperando, por isso, o bom acolhimento por parte desta Comissão.

A Senhora Presidente salientou que, em conversa havida com o Presidente da Comissão da Transparência, foi informada de que não tinha havido necessidade de fixar grelha porque a Comissão estava a concluir os seus trabalhos. Manifestou a sua opinião de que a proposta ainda está longe de cumprir o princípio da proporcionalidade que deve orientar a decisão sobre esta matéria.

O Senhor Duarte Pacheco (PSD) manifestou a sua opinião de que, quer as decisões da CL, quer a proposta que está em cima da mesa, são excessivas e muito benévolas face aos direitos dos Deputados inseridos em GP. Recordou que todos os Deputados têm direito a intervir e essa gestão, dentro de cada GP, é particularmente difícil. Sobretudo os GP de maior dimensão são confrontados com as legítimas pretensões dos seus Deputados para intervir, estando fortemente condicionadas pelas a limitações de tempo. Expressou a sua opinião de que, em se aprovando esta grelha, se estaria a privilegiar o Ninsc, desequilibrando uma situação de igualdade que deve prevalecer entre pares. Nestes termos, e para evitar esta situação de privilégio, propôs que o Deputado Ninsc não tivesse a possibilidade de intervir na primeira ronda e que fossem atribuídos os tempos de 3 minutos e 2 minutos na segunda e terceira ronda, respetivamente.

Interveio o Senhor Deputado João Paulo Correia (PS) para dar acordo à proposta do Deputado Paulo Trigo Pereira. Na sua opinião, não pode ser ignorado o precedente, que fez “jurisprudência” sobre a matéria e que, portanto, deverá ser considerado como unidade de medida. Acresce que há outra unidade de medida que é, na sua opinião, o tempo atribuído ao DIURP, pese embora, o tempo a atribuir ao Deputado Ninsc deva ser inferior, como defendeu o próprio Deputado Paulo

Trigo Pereira. Finalizou reiterando o seu acordo à mencionada proposta, com uma ressalva: que o Deputado não possa beneficiar do tempo adicional de 2 minutos por Deputado, previsto na grelha da COFMA.

Tomou novamente a palavra o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) para “esclarecer equívocos”, argumentando que o conceito de proporcionalidade não se aplica a este caso. No seu entendimento, devem sim ser assegurados os direitos constitucionalmente consagrados do Deputado “não inserido em grupo parlamentar”. Defendeu que, neste caso, não é aplicável a comparação entre o Deputado Ninsc e outro qualquer Deputado. Considerou a proposta do Deputado Duarte Pacheco (PSD) inaceitável. Teceu ainda algumas considerações sobre a estratégia do PSD que visam, a seu ver, dificultar a sua presença e a sua intervenção na COFMA.

A Senhora Presidente considerou que qualquer das propostas apresentadas são válidas, assegurando o cumprimento das garantias mínimas constitucionais.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) subscreveu a ideia de analisar e ponderar os vários casos, pese embora, não os considere análogos. Recordou que o caso do PAN é diferente porque existe legitimidade eleitoral. Por outro lado, entendendo as questões da proporcionalidade levantadas pela Senhora Presidente, sublinhou que neste caso, o Deputado Ninsc exerce direitos apenas nalgumas Comissões, enquanto os Deputados dos GP as podem exercer em todas. O CDS-PP não se opõe à proposta mas recomenda que se chegue a um consenso, deixando um apelo de razoabilidade ao Deputado Paulo Trigo Pereira.

A Senhora Deputada Mariana Mortágua (BE) disse perceber a dificuldade do tema e a necessidade de não ignorar o precedente. Não se opondo à grelha proposta, dispôs-se a dar um contributo para se alcançar uma solução de consenso propondo 5 minutos para a primeira ronda e 3 minutos para a terceira ronda.

Retomou a palavra o Senhor Deputado Duarte Pacheco (PSD) para deixar o apelo a uma solução de consenso. Relativamente à grelha do Plenário, recordou que a possibilidade de utilização de 1/3 do tempo de Deputados de GP se aplica apenas no processo legislativo comum, tendo a CL considerado uma série de outras situações. Por exemplo, o Deputado Ninsc pode intervir no debate do Orçamento do Estado mas não no debate quinzenal com o Primeiro-Ministro. Na sua opinião, adotando-se os argumentos do Deputado Paulo Trigo Pereira, tais exemplos podem permitir questionar se tais grelhas ferem ou não os direitos constitucionais. Considerou por isso, desproporcional a proposta do Deputado Paulo Trigo Pereira.

Concluiu sugerindo uma solução de “bom-senso”, propondo em alternativa a seguinte grelha: 1.^a ronda de 3 minutos; 2.^a ronda de 3 minutos e 3.^a ronda de 2 minutos.

A Senhora Presidente manifestou a sua concordância com esta proposta, considerando-a razoável.

O Senhor Deputado Duarte Alves (PCP), compreendendo as preocupações suscitadas pelo Deputado Paulo Trigo Pereira, defendeu que não deve ser invocado este precedente como principal critério para a elaboração da proposta de grelha. Não indo contra a proposta do Deputado Paulo Trigo Pereira, manifestou a sua preferência por esta última proposta, apresentada pelo Deputado Duarte Pacheco (PSD), pois considera que está próxima do critério da atribuição de 1/3 do tempo da grelha normal, que lhe parece mais adequado.

Na sua intervenção final, o Senhor Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc) agradeceu aos Senhores Deputados Mariana Mortágua (BE) e Duarte Pacheco (PSD) o esforço e contributo dado para se alcançar uma solução de consenso. Entende que se chegou a um compromisso que garante os direitos mínimos do Deputado Ninsc, manifestando também a sua preferência pela proposta do PSD. Terminou, solicitando dispensa nesta votação.

Submetida à votação, a referida proposta de grelha, apresentada pelo PSD, foi aprovada por unanimidade, sem o voto do Deputado Paulo Trigo Pereira (Ninsc).

11:00

Audição da Presidente da CReSAP, no âmbito do requerimento do PSD.

A Senhora Presidente começou por dar as boas vindas à Senhora Presidente da CRESAP, enquadrando a audição no âmbito do requerimento do PSD, após o que deu a palavra à Deputada do grupo parlamentar requerente, Senhora Deputada Carla Barros.

Ainda no âmbito da primeira ronda de intervenções usaram da palavra os Senhores Deputados Nuno Sá (PS) Cecília Meireles (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Paulo Trigo Pereira (Ninsc), tendo a Senhora Presidente da CRESAP respondido de forma individualizada a cada uma das questões.

Em sede de segunda ronda, intervieram os Senhores Deputados Rui Cruz (PSD), Nuno Sá (PS), Cecília Meireles (CDS-PP), Rita Rato (PCP) e Paulo Trigo Pereira (Ninsc), tendo a Senhora Presidente da CRESAP respondido ao conjunto das perguntas.

Foi solicitado o Relatório de atividades da CRESAP relativas aos anos de 2018 e anteriores.



A Senhora Presidente da CRESAP comprometeu-se a remeter o Relatório de 2018 assim que estiver concluído e for aprovado. Informou que todos os anteriores relatórios estão disponíveis na página eletrónica da CRESAP explicando que o relatório de 2016 (ano de transição) não chegou a ser elaborado.

Na terceira ronda entrevistaram os Senhores Deputados Carla Barros (PSD), Nuno Sá (PS) e Cecília Meireles (CDS-PP).

Não havendo questões adicionais, a Senhora Presidente agradeceu à Senhora Presidente da CRESAP, a presença e a disponibilidade para prestar todos os esclarecimentos que foram solicitados.

A audição foi gravada, constituindo a gravação parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Diversas informações referentes à audição, nomeadamente a sua gravação, podem ser consultadas na [página internet da audição](#).

A reunião foi encerrada às 13:27 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 13 de fevereiro 2019.

A PRESIDENTE

(Teresa Leal Coelho)

Reunião de 13 de fevereiro de 2019

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Gameiro
António Leitão Amaro
António Ventura
Carlos Silva
Cecília Meireles
Cristóvão Crespo
Duarte Pacheco
Fernando Anastácio
Fernando Rocha Andrade
Jamila Madeira
João Paulo Correia
João Pinho de Almeida
Manuel Caldeira Cabral
Margarida Marques
Mariana Mortágua
Nuno Sá
Paulo Trigo Pereira
Sara Madruga da Costa
Teresa Leal Coelho
Carla Barros
Conceição Bessa Ruão
Duarte Alves
Fernando Virgílio Macedo
Rita Rato
Rui Cruz

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Cristóvão Norte
Leonel Costa
Paulo Sá

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Hortense Martins
Inês Domingos